

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

AS PUBLICAÇÕES DA ESQUERDA CLANDESTINA NO EXÍLIO E O DEBATE SOBRE O FRENTISMO DEMOCRÁTICO E O MDB NOS ANOS 1970

Eduardo Zayat Chammas

Mestre e Doutorando em História Social pela USP

eduardo.chammas@usp.br

Esta comunicação é parte de uma pesquisa que se propõe a investigar o campo de oposição política à ditadura entre 1973 e 1979, notadamente no que diz respeito à política frentista que convergiu para a atuação em torno do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB. Ao longo dos anos 1970, o principal partido de oposição à ditadura constituiu-se como expressão aglutinadora do frentismo que mobilizou diversos setores na luta pela redemocratização: formou-se, em torno do MDB, uma rede de atores políticos e sujeitos sociais que tinham em comum a luta pela democracia e a relação com o partido.

Mobilizados pela causa democrática, encontraram abrigo no MDB, transitando pelo partido na sua interlocução com a institucionalidade política, e fizeram uso das mobilizações partidárias, das eleições e dos mandatos conquistados para pressionar o regime militar a intensificar e aprofundar a abertura política e reivindicar direitos sociais.

Um aspecto foi fundamental na construção do frentismo democrático de oposição em torno do MDB nos anos 1970: o envolvimento dos partidos e organizações clandestinas de esquerda com o partido da oposição institucional. Para o PCB, essa relação vinha desde a fundação do MDB, à época da imposição do bipartidarismo em 1965. O PCB apoiou, desde as eleições de 1966, os candidatos do MDB, diante da necessidade de fortalecer “uma ampla frente de resistência contra o domínio ditatorial” (KINZO, 1988, p. 56). Até o final da ditadura, o PCB manteve-se ligado ao MDB/PMDB apostando no frentismo democrático como saída para o regime, ainda que tenham ocorrido várias disputas internas:

[...] a definição do regime militar brasileiro como uma “ditadura fascista”, sugerida pelo Comitê Estadual da Guanabara em 1970 e ratificada pelo Comitê

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Central em 1973 e 1977, reforçou ainda mais as posições que assumiam a “questão democrática” como eixo da resistência frentista (NAPOLITANO, 2014, p. 45).

Para Figueiredo (2009, p. 33),

o MDB-PMDB servia como tática política para os partidos comunistas poderem se estruturar em virtude da ditadura militar que os perseguiam, ou seja, tratava-se de uma estratégia de adaptação de acordo com as características do ambiente onde era empreendida a luta.

Faltaria acrescentar o sentido do frentismo que estava presente na adesão dos comunistas ao MDB: se, por um lado, o MDB funcionou como guarida legal aos partidos e organizações de esquerda que estavam na clandestinidade, por outro, o fato de estarem abrigados sob o mesmo partido favoreceu a construção de uma política frentista de oposição.

A extrema fragmentação da esquerda no final dos anos 1960, relacionada especialmente à situação de clandestinidade e às discordâncias no que diz respeito às políticas de combate à ditadura (se uma frente única democrática ou se um projeto revolucionário por meio do enfrentamento armado, por exemplo), seria revertida, ainda que de forma parcial e conflituosa, por meio da atuação conjunta no MDB nos anos 1970.

Após a vitória expressiva do MDB nas eleições de 1974, a repressão se abateu sobre o PCB, considerado, pela ditadura, o principal responsável pelo sucesso eleitoral da oposição na sua atuação clandestina. As mortes de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho estiveram associadas à perseguição ao PCB entre os anos de 1974 e 1975. Havia um projeto de abertura controlada pelos militares, mas que não pretendia assimilar a presença comunista no maior partido de oposição.

Se a adesão ao frentismo e a participação no MDB foram escolhas políticas do PCB desde a instauração do bipartidarismo, para os outros partidos e organizações clandestinas da esquerda o percurso foi mais tortuoso. Em geral, esses grupos e partidos formaram-se a partir de dissidências que romperam com o PCB nos anos 1960 fazendo a crítica ao frentismo e à aliança de classes propostos pelo partido, considerado excessivamente “reformista”. O primeiro deles foi o PCdoB, em 1962, e depois várias

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

outras rupturas ocorreram a partir de 1967/1968, com o surgimento de grupos como a ALN e o MR-8. Em geral, a escolha desses grupos foi pelo enfrentamento armado à ditadura.

Com o fracasso da luta armada, no entanto, e com o alto número de mortos, desaparecidos e exilados, essas organizações fizeram a autocrítica e foram se aproximando da atuação política institucional sob o abrigo do MDB. A derrota política e militar da luta armada provocou um debate que levaria à construção de uma nova linha política de ação. Esse debate foi bastante vigoroso especialmente entre os militantes que estavam no exílio.

Em Paris, por exemplo, foi editada a revista *Debate*, que se propunha a discutir os “problemas da revolução brasileira”. O grupo que deu origem à publicação organizou-se inicialmente na forma de um coletivo de exilados sob a liderança de João Quartim de Moraes, desligado da VPR por divergências internas e crítico, desde 1968, da intensificação das ações armadas. João Quartim deixou o Brasil pouco tempo depois de seu desligamento da VPR, no ano de 1969, e acabou por se instalar na França, onde constituiu uma rede de exilados em torno de um projeto de estudo, debate e reflexão acerca da luta revolucionária no Brasil. A revista *Debate* surgiu da necessidade de publicitar as discussões ocorridas no interior do grupo. No total, entre 1970 e 1982, foram publicados 40 números. As questões suscitadas pela publicação foram se transformando, respondendo às mudanças ocorridas no país e às mudanças do próprio coletivo. De acordo com Pezzonia (2011, p. 66), por exemplo,

[...] as posições de Debate no que concerne à luta armada mudaram substancialmente durante os primeiros anos de existência do coletivo, o que refletiu na produção da revista, exibindo seu processo ‘evolutivo’. Mas, naquele primeiro momento, principalmente nos dois números de estreia, a *Debate* assumiu o compromisso com a luta armada.

Passados três anos de sua fundação, em 1973, a edição de número 12, publicada no mês de abril, se propôs a pensar uma “plataforma política” pela reorganização do movimento revolucionário e pela “reunificação dos marxistas-leninistas do Brasil” de acordo com a “causa da unidade dos comunistas do Brasil”. A plataforma proposta em abril de 1973 falava da “bancarrotta do militarismo” e localizava o apogeu da guerrilha

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

urbana entre os anos de 1968 e 1970, afirmando que a discussão política, naquele momento (1973), tinha como “ponto de partida o fracasso da prática armada”¹.

Em vários trechos, a plataforma abordava a necessidade de “unidade da esquerda” ou “reunificação do movimento democrático, anti-imperialista e socialista”² e criticava o “fracionamento do movimento revolucionário”³. Ao tratar da fragmentação dos movimentos, a plataforma política sugeria a necessidade de superação da política de círculos e de buscar, entre os militantes que pretendiam estar ligados às massas, a unidade

“[...] ao nível em que ela for possível (que pode ir desde a unidade de ação contra a ditadura até a reunificação em vista da constituição do partido marxista-revolucionário) [...] a atitude dos marxistas-leninistas deve ser a de desenvolver uma luta ideológica combinada com a unidade de ação ao nível em que esta for viável (ao menos no terreno da denúncia dos crimes da ditadura, da defesa dos presos políticos etc.)”⁴.

A plataforma de abril de 1973 resgata o diagnóstico, feito pelo grupo Debate já em 1970 e expresso no editorial do número 3 da revista, de que desde 1969 tinha havido um “refluxo do movimento de massas” e o conseqüente “isolamento dos grupos armados, acentuado pela intensificação do processo repressivo”, o que exigia a “ampliação política das bases sociais da resistência”⁵. O documento sugeria unidade na “autocrítica do desvio militarista que dominou a luta revolucionária nos últimos quatro anos”⁶.

Em seguida à crítica à luta armada e à sugestão de “unidade da esquerda”, o texto publicado em abril de 1973 iniciava o debate acerca do caráter da revolução, afirmando a sua natureza socialista em detrimento de saídas “burguesas” ou “nacional-democráticas”. A plataforma afirmava o caráter “não democrático” da transformação burguesa da sociedade brasileira e defendia que, por isso mesmo, “a luta pela organização independente do proletariado e de todos os trabalhadores da cidade e do campo é a grande tarefa democrática do momento”⁷.

¹ PLATAFORMA Política. *Debate*, Paris, n. 12, abr. 1973, p. 1.

² PLATAFORMA Política. *Debate*, Paris, n. 12, abr. 1973, p. 3.

³ PLATAFORMA Política. *Debate*, Paris, n. 12, abr. 1973, p. 4.

⁴ PLATAFORMA Política. *Debate*, Paris, n. 12, abr. 1973, p. 5.

⁵ PLATAFORMA Política. *Debate*, Paris, n. 12, abr. 1973, p. 6.

⁶ PLATAFORMA Política. *Debate*, Paris, n. 12, abr. 1973, p. 8.

⁷ PLATAFORMA Política. *Debate*, Paris, n. 12, abr. 1973, p. 18.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Assim, ao longo da plataforma política, ia se construindo a aproximação entre o caráter socialista da revolução e a luta democrática:

O caráter democrático de nosso programa marxista exprime no entanto a persistência, ao longo do desenvolvimento do capitalismo em nosso país, e notadamente no regime de autocracia militar a serviço dos monopólios, de algumas das tarefas essenciais da revolução democrática.⁸

Em outro momento do texto, a plataforma apresentada pela revista afirmava que era preciso se concentrar “na derrubada da ditadura”, constatando que “a dominação dos monopólios sem terrorismo policial-militar é preferível à dominação dos monopólios com terrorismo policial-militar”. Assim, o primeiro objetivo da luta política seria “a derrubada do regime de autocracia militar” e, por isso mesmo, o “programa unitário que o proletariado deve apresentar hoje a todos os democratas só será correto se corresponder às aspirações de todos os inimigos da ditadura e se for capaz de lançá-los todos no assalto ao regime”.⁹

Fazia-se necessária a “reivindicação mínima do restabelecimento das liberdades públicas e direitos individuais reconhecidos pela república burguesa”, ainda que fosse possível que “setores da burguesia monopolista” buscassem “no restabelecimento do ‘estado de direito’ a solução para uma crise do regime de autocracia militar”¹⁰, antecipando, de alguma maneira, um dos aspectos da crise do frentismo que culminou em uma transição conservadora.

Em outro trecho do documento, a plataforma defendia a prática que se tornou comum na intersecção entre a esquerda clandestina e a política do frentismo ao longo dos anos 1970, a chamada “dupla militância”: “Nas condições atuais a organização revolucionária deve ser essencialmente clandestina por maior que seja a participação de seus militantes nas frentes de luta legal (sindicatos, universidades, publicações legais, eleições políticas locais etc.)”¹¹.

⁸ PLATAFORMA Política. *Debate*, Paris, n. 12, abr. 1973, p. 18-19.

⁹ PLATAFORMA Política. *Debate*, Paris, n. 12, abr. 1973, p. 19.

¹⁰ PLATAFORMA Política. *Debate*, Paris, n. 12, abr. 1973, p. 20.

¹¹ PLATAFORMA Política. *Debate*, Paris, n. 12, abr. 1973, p. 25.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Por fim, o texto se propunha a discutir o “programa mínimo de luta democrática [...] a ser defendido desde já no quadro da luta unitária mais larga contra o regime de autocracia militar a serviço dos monopólios”:

Cabe determinar o papel e o caráter do programa mínimo e imediato de lutas que devemos defender desde já, e que permite definir, na situação atual, as classes e camadas que podem ser aliadas ou ao menos neutralizadas na luta contra o regime de autocracia militar a serviço dos monopólios [...]. De uma maneira geral, podemos contar, numa luta em defesa das liberdades elementares (isto é, contra o regime de autocracia militar) com os setores liberais da burguesia e das camadas médias, com boa parte do clero, e de modo genérico, com todas as correntes de opinião que reivindicam as ideias republicanas. Evidentemente, não se pode contar com essas forças e correntes políticas para nenhuma iniciativa decidida: elas vivem e viverão nos poros do despotismo militar e da hegemonia dos monopólios e reclamam apenas um pouco de ar para respirar. É ao bloco histórico da democracia revolucionária que cabe por em movimento a democracia pequeno-burguesa e a burguesia republicana. É a ele que cabe tornar realidade o dístico que o raquítico MDB arvora em suas convenções: “todo poder emana do povo”¹².

Em síntese, o que se pode notar na plataforma política proposta pelo grupo Debate e explicitada no número 12 da revista, é o esboço da defesa de uma política de frente, em especial quando o texto afirma que, na luta em defesa das “liberdades elementares” (contra o regime de “autocracia militar”), se pode contar com “os setores liberais da burguesia e das camadas médias, com boa parte do clero, e de modo genérico, com todas as correntes de opinião que reivindicam as ideias republicanas”, ainda que sob a liderança do “bloco histórico da democracia revolucionária”. Ironicamente, o próprio texto cita o MDB, sob o qual se organizará institucionalmente o frentismo ao longo dos anos 1970, e sua defesa do clássico lema democrático “todo poder emana do povo” (não por acaso depois incorporado à Constituição de 1988), ainda que de forma crítica e minorando o seu tamanho e a sua importância (“o raquítico MDB”).

Entre os principais pontos da plataforma política de abril de 1973, é possível identificar:

- a) a crítica incisiva à ação armada da esquerda revolucionária e a admissão clara de sua derrota;
- b) a defesa da necessidade de unificação da esquerda;

¹² PLATAFORMA Política. *Debate*, Paris, , n. 12, abr. 1973, p. 32-33.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- c) o esforço teórico e político de articular a defesa do caráter socialista da revolução à perspectiva de luta democrática pela derrubada da ditadura militar em aliança com outros sujeitos sociais e políticos que não apenas proletários, camponeses e comunistas;
- d) a compreensão do risco de que a volta à democracia liberal pudesse servir aos interesses da burguesia na resolução de alguma crise do regime militar;
- e) o reconhecimento da “dupla militância” para a esquerda entre as organizações revolucionárias clandestinas e as “frentes de luta legal”, dando como exemplo inclusive a participação nas “eleições políticas locais” (que, naquele momento, só poderia ocorrer por meio do apoio ou, em última instância, da filiação ao MDB).

Em linhas gerais, portanto, a plataforma política publicada pela revista *Debate* dá pistas sobre o que caracterizará a ação política frentista das organizações clandestinas de esquerda ao longo do restante da década. O marco fundamental a partir do qual se construirá a escolha política pela frente democrática de oposição à ditadura parece ter sido, nesse sentido, a derrota da luta armada.

Foi também no exílio na França que se formou outra publicação importante a partir de organizações críticas ao PCB, como a Polop e o MR-8. Tais grupos editavam a revista *Brasil Socialista*, publicação clandestina na qual foram travados muitos dos debates acerca do futuro da esquerda e da revolução no Brasil diante da derrota da luta armada. Formou-se um amplo campo dentro da esquerda organizado em torno das lutas democráticas, no interior do qual “coexistiam diferentes concepções da luta democrática” (ARAÚJO, 2006, p. 98).

No editorial de sua primeira edição, de janeiro de 1975, a *Brasil Socialista* defendia pontos próximos aos defendidos pela plataforma política da revista *Debate*, como a construção de “instrumentos unitários de ação” das organizações da “tendência proletária da esquerda brasileira”¹³ – ou, em outros termos, a defesa da necessidade de unificação da esquerda.

¹³ Editorial. *Brasil Socialista*, Paris, n. 1, jan. 1975, p. 1.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Outro ponto comum à plataforma da revista *Debate* era a aproximação entre o caráter socialista da revolução, por um lado, e, por outro, a luta democrática pela derrubada da ditadura militar:

Estamos seguros de que se a classe operária e as demais massas trabalhadoras do país assumem firmemente o centro da oposição ao regime e, com sua ação, provocam a derrubada da ditadura militar, serão capazes em seguida de [...] abrir uma solução revolucionária e socialista para a [...] sociedade brasileira.¹⁴

Além da relação entre a revolução socialista e a luta contra a ditadura, o trecho citado evidencia o problema da liderança ou da hegemonia na ação política democrática: o “centro da oposição ao regime” deve ser assumido pela classe operária, para que não se corra o risco de outras lideranças nessa luta.

No texto publicado também na primeira edição, “Nossas tarefas atuais no movimento operário”, assinado especificamente pelo MR-8, aparece outro aspecto comum às discussões levadas adiante pela revista *Debate*: a crítica à opção feita anos antes por setores da esquerda pela luta armada no enfrentamento da ditadura:

A esquerda revolucionária enveredou pelo “esquerdismo”. [...] incorreu numa concepção pequeno-burguesa e militarista de revolução. Ao invés de organizar a resistência dos trabalhadores, substituiu-a pela sua resistência armada direta. Os resultados práticos de tal concepção foram desastrosos. As massas ficaram abandonadas a si mesmas e grandes parcelas da esquerda foram aniquiladas pela ditadura militar.¹⁵

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Estratégias de resistência e memória da luta contra o regime militar no Brasil (1964-1985). In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. *A relação dos PCs com o MDB-PMDB no cenário da transição e as eleições de 1982 no RS*. Porto Alegre, 2009. 145 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹⁴ Editorial. *Brasil Socialista*, Paris, n. 1, jan. 1975, p. 2.

¹⁵ MR-8. Nossas tarefas atuais no movimento operário. *Brasil Socialista*, Paris, n. 1, jan. 1975, p. 17.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1988.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, jan.-abr. 2014.

PEZZONIA, Rodrigo. *Revolução em DEBATE: o grupo DEBATE, o exílio e a luta armada no Brasil (1970-1974)*. Campinas, 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.